



CEC

IV Congresso de Estudos
da Complexidade e
VI Abril Indígena
Diálogos Complexos na
Diversidade de Saberes

www.estudosdacomplexidade2024.com.br
estudosdacomplexidade2024@portalrealize.com.br



DIÁLOGOS ENTRE JUSTIÇA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A APLICAÇÃO DE CÍRCULOS RESTAURATIVOS NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA

ERIK DÊNIO GOMES DE OLIVEIRA FILHO

Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA); Facilitador de Justiça Restaurativa; e Extensionista do Projeto Direitos Humanos na Prática (erikd.oliver@gmail.com)

RESUMO

O presente trabalho relata a implementação de círculos restaurativos em uma escola de Mossoró por meio da atuação do projeto de extensão Direitos Humanos na Prática, para lidar com questões de bullying e discriminação, especialmente envolvendo alunos transgêneros, autistas e negros. Com base na teoria de Justiça Restaurativa de Howard Zehr, e sua aplicação nas escolas fundamentadas em Katherine Evans e Dorothy Vaandering, os círculos foram conduzidos por uma equipe multidisciplinar e interinstitucional. Foram realizados 18 círculos restaurativos com turmas de ensino fundamental e médio ao longo de um mês, contemplando 5 turmas. Ao final do fluxo de atividades, foi possível constatar pela própria avaliação dos participantes, o tratamento dos conflitos que originaram a demanda, e uma melhoria na convivência das turmas, bem como a redução de conflitos. Destaca-se que, apesar de eficazes, as práticas restaurativas enquanto formas de tratamento e prevenção de conflitos precisam ser incentivadas e aplicadas de forma contínua para garantir a sustentabilidade dessas práticas e sua eficácia, inclusive integrando todos os membros da escola.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Extensão Universitária; *Bullying*; Educação Inclusiva; Conflito.

ABSTRACT

This paper reports on the implementation of restorative circles in a school in Mossoró through the involvement of the Human Rights in Practice extension project, aiming to address issues of bullying and discrimination, particularly involving transgender, autistic, and black students. Based on Howard Zehr's theory of Restorative Justice and its application in schools as outlined by Katherine Evans and Dorothy Vaandering, the circles were led by a multidisciplinary and interinstitutional team. Eighteen restorative circles were conducted with elementary and high school classes over the course of a month, involving 5 classes. Through participant self-assessment, it was observed that the conflicts that prompted the demand were addressed, leading to an improvement in class coexistence and a reduction in conflicts. It is emphasized that, although effective, restorative practices as forms of conflict treatment and prevention need to be continuously encouraged and implemented to ensure the sustainability and effectiveness, including the integration of all school members.

Keywords: Restorative Justice; University Extension; *Bullying*; Inclusive Education; Conflict.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um relato de experiência sobre a implementação de círculos restaurativos em turmas de ensino fundamental e médio de uma escola em Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, com foco na abordagem de questões envolvendo o bullying, particularmente em relação a alunos transgêneros, autistas e negros que estavam enfrentando discriminação.

A motivação para o início das ações na escola em questão, enquanto facilitador de práticas restaurativas, surgiu por iniciativa do Projeto de Extensão Direitos Humanos na Prática (DH na Prática), que desde 2014 atua com crianças e adolescentes no ambiente escolar, bem como outros contextos relacionados ao sistema de garantia de direitos no município. No final do mês de março de 2023, o Núcleo de Assistência Integral (NAI), que





tem por um dos objetivos identificar dificuldades e implantar ações para mediar conflitos, entrou em contato com o Projeto, buscando tratar das demandas da educação básica da instituição envolvendo episódios de violência.

O objetivo central deste estudo, após realizados os círculos na escola é responder à seguinte questão: como a implementação de círculos restaurativos pode contribuir para a redução do bullying e a promoção de um ambiente escolar mais inclusivo? Tal questionamento é de grande relevância, dado o impacto significativo que o bullying pode gerar na saúde mental e no desempenho escolar dos alunos, bem como nas suas relações interpessoais, seja na escola ou fora dela (Forlin; Stelko-Pereira; Williams, 2014).

METODOLOGIA

Após o primeiro contato com a equipe técnica multidisciplinar da escola, realizado no dia 19 de abril de 2023, que evidenciaram as demandas pertinentes à instituição, construiu-se uma equipe de 12 facilitadores, envolvendo extensionistas e egressos do Projeto DH na Prática para realizar círculos restaurativos durante o mês de Maio. A proposta inicial se voltava apenas ao ensino médio, mas percebeu-se por meio da análise dos dados disponibilizados pela psicóloga do Núcleo de Assistência Integral um alto número de atendimentos de alunos das turmas de sétimos e oitavos anos por questões relacionadas à discriminação e preconceito e, em consequência, essas turmas também foram inseridas nas ações.

Para garantir uma escuta atenta e oportunidade de fala para cada um dos participantes durante a realização da ação, as turmas precisaram ser divididas. Dado que o número médio de alunos em cada turma era 30, cada círculo restaurativo foi composto, em média, por dois facilitadores e 15 alunos. Foram realizados ao longo de três semanas no mês de maio de 2023, 18 círculos restaurativos, com as turmas de 1º Ano B, 7º ano A e B, e por fim, 8º ano A e B.

Enquanto objeto de análise, o círculo restaurativo, em muito se aproxima de um grupo focal, enquanto espaço de debate aberto e acessível em torno de um tema de interesse comum aos participantes (Gaskell, 2002). Neste tipo de grupo, dentre os pontos positivos de sua aplicação estão a liberdade na expressão de seus interesses e opiniões sobre o assunto abordado, o que permite um entendimento mais amplo por parte dos pesquisadores e uma maior flexibilidade na condução da metodologia (Trad, 2009, p. 44).

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se como referencial teórico Howard Zehr (2015) para nortear os princípios dos usos da Justiça Restaurativa (JR) enquanto meio de tratamento de conflitos holístico e autocompositivo baseado na horizontalidade, voluntariedade, sigilo, respeito e escuta atenta, para citar alguns dos princípios. Não obstante, também pensando em autores de referência, mas focando na aplicação da justiça restaurativa





CEC

IV Congresso de Estudos
da Complexidade e
Diálogos Complexos na
Diversidade de Saberes

www.estudosdacomplexidade2024.com.br
estudosdacomplexidade2024@portalrealize.com.br



especificamente no ambiente escolar, Katherine Evans e Dorothy Vaandering serviram como marco teórico.

Para além da pesquisa bibliográfica, vale ressaltar que o estudo se valeu também da pesquisa empírica baseada na observação, experimentação, evidência e experiência (Esptein; King, 2013), tanto dos círculos restaurativos desenvolvidos, quanto de dados colhidos por meio de relatórios elaborados pelos facilitadores envolvidos no projeto.

Por fim, cabe dar ênfase aos guias de práticas circulares de Boyes-Watson (2010) e Kay Pranis (2014), que serviram como material de apoio para a construção dos planejamentos dos círculos de diálogo realizados. Inclusive, baseando-se nesse referencial e seguindo o princípio da confidencialidade dos círculos restaurativos, optou-se pela não identificação da escola, membros da equipe técnica ou dos participantes dos círculos, tornando público apenas os resultados obtidos. Por essa mesma razão, dispensou-se a aprovação em comitê de ética.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Usando como base de dados o drive pessoal do projeto, é possível verificar no relatório do primeiro círculo, facilitado na turma de 1º ano B que, inicialmente, "a solicitação da escola tratava da necessidade de construção de paz entre a turma que, por motivos de desintegração, acabou por dar origem à exclusão de um aluno, o qual teria passado vários dias sem frequentar a escola".

Seguindo as etapas de realização do círculo presente no guia de práticas de Kay Pranis (2014), como forma de abertura, buscou-se trabalhar as semelhanças e diferenças entre os participantes. Já ao abordar o tratamento dessas diferenças e o conflito que originou a demanda, percebeu-se que a vítima demonstrava objetividade ao relatar sobre o incidente, inclusive com aqueles que identificava como ofensores. Sobre esse aspecto, cabe pontuar que os participantes do círculo restaurativo o identificaram como alguém "fácil de se conversar".

Esse comportamento e perspectiva dos próprios colegas vai de encontro com as informações mantidas e repassadas pela coordenação, que indicaram a vítima como sendo "introspectivo" e com "dificuldades em se relacionar". Ao longo dos círculos realizados com a turma do 1º ano B, os envolvidos compreenderam seus papéis dentro do conflito ocorrido e iniciaram o processo de reconstrução dos vínculos, nas palavras dos facilitadores que atuaram com o grupo:

Embora não tivessem plena compreensão da dimensão do bullying na esfera escolar, com o desenrolar do diálogo, os alunos foram capazes de identificar atos lesivos à convivência, como também se encontrar na condição de vítimas e ofensores. Por fim, compreenderam sua responsabilidade em resolver os conflitos e construir um ambiente acolhedor que integre toda a turma, sem distinção por afinidades ou diferenças (Relatório do Círculo 3).





CEC

IV Congresso de Estudos
da Complexidade e
Diálogos Complexos na
Diversidade de Saberes

www.estudosdacomplexidade2024.com.br
estudosdacomplexidade2024@portalrealize.com.br



Em se tratando dos círculos realizados no Ensino Fundamental, diferente do Médio, houve um certo tangenciamento do objetivo do círculo, que era tratar da discriminação, sendo necessário resgatar a temática do bullying de forma objetiva e direta por algumas vezes. Até certo ponto, os facilitadores identificam essa diferença como relacionada ao nível de maturidade dos alunos. Ao passo que os primeiros tinham, em média, 16 anos, os alunos dos sétimos e oitavos anos tinham em média, 12 anos de idade.

Curiosamente, em todos os quatro grupos em que se dividiram as turmas de ensino fundamental, houve um ponto em comum sobre a negativa da existência de conflito nas turmas, mas a consciência coletiva de que é praticado bullying. Nesse viés, sobre a pergunta: Como é sofrer bullying? “diversos de alunos relataram que em algum momento sofreram bullying na instituição, inclusive que uma dessas ocasiões gerou a suspensão de um deles” (Relatório do Círculo 8).

É importante observar no relatório a divergência entre o reconhecimento da prática do bullying e a negativa da existência de conflito. Isso ocorre por uma discrepância entre a percepção geral e a experiência pessoal dos estudantes, fazendo com que eles tratem das práticas de bullying como atos sem potencial conflitivo. Essa perspectiva divergente entre os alunos demonstra a necessidade de que educadores e gestores estejam atentos a esses relatos, sejam individuais ou coletivos, e trabalhem com os alunos as diferentes formas como os conflitos podem se manifestar e seus possíveis desdobramentos.

Ainda no que diz respeito a aspectos comuns entre os relatos colhidos por meio dos círculos foi que, invariavelmente, os alunos se sentem sufocados desde o fundamental com a pressão pela escolha de um futuro que devem trilhar pelo resto de suas vidas. Isso, segundo eles, contribui para o crescimento da ansiedade, irritabilidade e insegurança, que prejudica a convivência e torna-os mais suscetíveis a situações conflitivas.

No que diz respeito aos sentimentos de inseguranças para irem à escola, os participantes relataram sobre a cobrança demasiada da instituição em cima deles que acaba por gerar um ambiente competitivo entre os estudantes (Relatório do Círculo 14).

Como encerramento de cada um dos círculos realizados, um dos pedidos foi para que os participantes avaliassem o momento. Partindo dessa questão, ao final do fluxo das atividades, os alunos envolvidos nos conflitos diretos que originaram a demanda, em ambos os círculos onde as turmas possuíam casos de discriminação, as vítimas e os ofensores declararam ter conseguido superar os conflitos anteriores. Essa declaração se manifestava principalmente pela percepção da extensão do dano causado, da responsabilização e tomada de consciência da culpa, e a partilha de compromissos da turma de não repetição desses comportamentos.

Ao final dos círculos, percebeu-se que os alunos conseguiram refletir sobre seus comportamentos, conseguindo superar os conflitos anteriores e percebendo a necessidade de





dinâmicas como as realizadas pelo projeto DH na Prática, ou seja, práticas restaurativas, para o tratamento de outros problemas que percebem existir na escola. De forma parecida, quando foram finalizados os círculos com os alunos, também foi realizado um círculo com a equipe do NAI buscando levantar demais problemas que eram identificados pela equipe técnica na escola.

Além dos resultados obtidos com os alunos, foi percebida pela equipe a necessidade de integrar os próprios professores, coordenação e demais núcleos da escola para que houvesse um alinhamento com relação às condutas de tratamento dos conflitos escolares. Durante os círculos restaurativos, tornou-se evidente que muitos conflitos e problemas de convivência surgiam não apenas entre os alunos, mas também entre eles e os professores, assim como entre os próprios docentes. Essa integração e alinhamento são fundamentais para criar um ambiente escolar coeso e favorável ao desenvolvimento formativo e pessoal dos estudantes.

Os círculos restaurativos foram bem avaliados pela equipe técnica, demonstrando resultados visíveis nas turmas contempladas ao longo do mês. Esses resultados incluíram uma melhoria perceptível no clima escolar, uma maior disposição dos alunos para resolverem seus conflitos de forma construtiva, e um aumento na empatia e compreensão entre os membros da comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discriminação é uma questão complexa que pode surgir em contextos escolares e que requer uma abordagem sensível, principalmente quando envolvendo crianças e adolescentes, entendendo-os como sujeitos em fase peculiar de desenvolvimento e inclusiva, propiciando, quando possível, o diálogo entre vítima, ofensor e comunidade, desde que não gere nenhum tipo de vitimização.

Os círculos restaurativos oferecem um espaço para discutir abertamente questões de discriminação e preconceito, dando voz às pessoas afetadas e trabalhando juntas para promover a igualdade, o respeito e a inclusão. Ao reconhecer e confrontar a discriminação de forma direta e construtiva, os círculos restaurativos ajudam a criar uma cultura escolar mais justa e acolhedora para todos. É importante traçar objetivos que desenvolvam a responsabilização e uma culpa consciente, para que assim seja possível restaurar vínculos e reparar os danos causados.

A restauração e o fortalecimento de vínculos são aspectos essenciais das práticas restaurativas, que visam não apenas resolver conflitos, mas também reconstruir relações danificadas, promovendo a confiança, a compreensão mútua e o respeito na escola, possibilitando inclusive a prevenção do conflito. Ao permitir que os alunos expressem suas preocupações, compartilhem suas experiências, vivências e se envolvam ativamente na busca de soluções, os círculos restaurativos oferecem um espaço seguro para desenvolver vínculos interpessoais e entender comportamentos.





CEC

IV Congresso de Estudos
da Complexidade e
Diversidade de Saberes

www.estudosdacomplexidade2024.com.br
estudosdacomplexidade2024@portalrealize.com.br



Em vez de simplesmente traçar punições ou soluções impostas verticalmente, os círculos restaurativos abordam os conflitos de forma colaborativa e empática, buscando entender as necessidades e perspectivas de todas as partes envolvidas. Isso pode envolver a identificação das causas subjacentes do conflito, o reconhecimento do impacto das ações de cada pessoa e a busca de soluções que atendam às necessidades de todos os envolvidos. Através dessa liberdade de fala e escuta atenta, os alunos podem chegar a acordos e soluções produzidas por eles próprios, que justamente por conta dessa autonomia, se sentem mais inclinados a seguirem.

A ação de extensão relatada deixa claro ser fundamental dar voz a todas as partes envolvidas em um conflito ou situação problemática. No entanto, também é preciso desenvolver práticas que agreguem professores, funcionários, pais e outros membros da comunidade escolar. Por fim, é essencial reconhecer que as práticas restaurativas não são uma solução rápida ou única para todos os problemas escolares. Elas requerem tempo, esforço e comprometimento contínuo por parte de toda a comunidade escolar para que as atividades desenvolvidas não ocorram somente de forma pontual. Ao promover a empatia, o diálogo aberto e o respeito mútuo, as práticas restaurativas têm o potencial de transformar não apenas a maneira como lidamos com os conflitos, mas também a cultura escolar como um todo, criando um ambiente onde todos se sintam valorizados, respeitados e incluídos.

Conclui-se que é fundamental que as escolas invistam em capacitação e formação para os professores e demais funcionários, bem como na criação de espaços de diálogo e colaboração entre os diferentes setores da instituição de forma a promover a justiça restaurativa como meio de tratamento de conflitos no ambiente escolar. Além disso, ressalta-se que essas práticas devem ser contínuas e acompanhadas, para que os resultados não sejam apenas temporários e, principalmente, para que não seja trabalhada somente a ideia de intervenção no conflito, mas também na perspectiva de sua prevenção.

REFERÊNCIAS

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

EVANS, Katherine; VAANDERING, Dorothy. **Justiça Restaurativa na Educação**. São Paulo: Palas Athena, 2018. Tradução de Tônia Van Acker.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência**. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11444/Pesquisa_empirica_e_m_direito.pdf. Acesso: 21 out 2023.

FORLIM, B. G.; STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. DE A. Relação entre bullying e sintomas depressivos em estudantes do ensino fundamental. **Estudos de Psicologia**





GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

PRANIS, Kay. **Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção da Paz: Guia do Facilitador**. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/Image/Nupia/guia_do_facilitador_de_circulo_da_paz_por_kay_pranis1.pdf. Acesso: 03 Mar 2024.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n3/a13v19n3.pdf>. Acesso em: 03 Mar 2024.

ZEHR, Howard. **The little book of restorative justice: Revised and updated**. Simon and Schuster, 2015.

